



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO ESPECIAL: INCLUSÃO DE ALUNOS, PREPARAÇÃO DOCENTE E PERSPECTIVA POLÍTICA

Bruna Camila Fernandes Bomfim

Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas. E-mail:
Brunafernandess@hotmail.com

Vanessa Fernandes Soares

Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Alagoas. E-mail:
vanessasoares430@hotmail.com

Lidyane Fernandes Ferro Santos

Especialista em Gestão Ambiental pela Universidade Estadual de Alagoas: E-mail:
Lidyaneferro@yahoo.com.br

Resumo: No decorrer da história percebe-se a necessidade de criar políticas para incluírem alunos portadores de necessidades especiais em escolas de ensino regulares. O maior propósito dessas políticas públicas é adaptar escolas e docentes para receberem alunos especiais, tornando-os aptos tanto à área física escolar, quanto à formação de docentes para não privatizar a educação destes alunos. A presente pesquisa possui por objetivo principal tornar a sociedade ciente de todos os direitos reservados às pessoas portadoras de necessidades especiais, além de mostrar os avanços ocorridos na rede pública. Trata-se de uma revisão bibliográfica, na qual os dados foram obtidos em artigos indexados nos bancos de dados do Scielo, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da Capes, além do embasamento teórico adquirido através de livros relacionados ao tema abordado, vinculados à educação especial. Desta forma, percebe-se que ao passar do tempo, incrementaram-se leis e diretrizes para favorecer a todos, tornando a educação cada vez mais inclusiva. Com estes complementos educacionais propostos, no setor da educação, tanto pública quanto privada, é notável o aumento de matrículas de alunos portadores de necessidades especiais em escolas de ensino regulares. Expondo, assim, todos os avanços nesse processo, ainda há lacunas no ensino e na estrutura física, bem como pedagógica, na formação desses alunos, não por faltar políticas públicas para isso, mas por inúmeras negligências que passam despercebidas e por causa de toda a demanda burocrática que impede a rapidez e desenvolvimento da atuação/implantação dessas leis.

Palavras-chave: Necessidades especiais. Políticas públicas. Educação.

INTRODUÇÃO

O atendimento educacional a pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61 (BRASIL, 2007), onde aponta o direito dos excepcionais à educação, preferencialmente



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

dentro do sistema geral de ensino. Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável para gerenciar a educação especial no Brasil.

Em 1994, é publicada a política nacional de educação especial, orientando com o processo de integração, impulsionando o acesso a classes comuns do ensino regular, aqueles que possuíam capacidade ou condição de acompanhar os programas curriculares do ensino comum, no mesmo ritmo dos outros alunos. Porém a política não provoca reformulações nas práticas educacionais de maneira que sejam valorizadas as diferentes potências.

Em 1999, o Decreto n° 3.298, regulamenta a lei n°7.853/89 (BRASIL, 2007), a dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (BRASIL, 2007), define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis de modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial no ensino regular. Goffredo (1999) diz que,

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais. (p. 31)

O grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garantisse o atendimento à diversidade humana (Plano Nacional de Educação, lei n° 10.172/2001). Isso deveria estabelecer objetivos e metas para que os sistemas favorecessem o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, com déficit na oferta de matrículas para alunos nas classes comuns de ensino regular, formação docente, acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado. Segundo a Convenção da Guatemala 1999, decreto n°3.956/2011 (BRASIL, 2007), afirmando que a pessoa com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdade fundamentais que as demais pessoas.

O grande foco é a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais em classes do ensino regular, não os privando da educação. Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 1994).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Na concepção de Sasaki (2002), no processo de inclusão era fundamental equiparar as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo as portadoras de necessidades especiais, pudessem ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais em busca da realização de seus sonhos e objetivos.

A resolução CNE/CP nº1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2007), define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular, formação direcionada a diversidade e que completem conhecimento para as necessidades especiais.

Para isso incluíram disciplinas em cursos superiores para "suprir" e prepararem os educadores para receberem alunos com alguns dos tipos de deficiência; alguns cursos incluíram Libras (linguagem de sinais) e Braille, para poderem se adequar a sala de aulas. O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2007), visando ao acesso à escola dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando observam as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes (CARVALHO, 1999, p.52).

Em 2003, o MEC implementa o Programa Educação Inclusiva, com o objetivo de apoiar a transformação dos sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para garantir o direito de todos à escolarização, a oportunidade de ter um atendimento especializado e a garantia à acessibilidade. Portanto, o problema não é o portador de necessidades especiais, mas a escola por não ter preparação desde do início para recebê-los.

Assim, tem-se como objetivo tornar a sociedade ciente de todos os direitos reservados às pessoas portadoras de necessidades especiais, além de mostrar os avanços ocorridos na rede pública, nesse aspecto, ressaltando as políticas públicas nessa perspectiva, ao decorrer do



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

tempo. Ademais, busca colocar a escola no caminho da revisão de sua metodologia pedagógica por meio de seu corpo docente, para adaptar-se melhor ao sistema, proporcionando uma melhor qualidade no ensino e formação dos alunos.

METODOLOGIA

Para Gil (2007, p. 17), a pesquisa é vista como o “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.”

Diante disto, Fonseca (2002, p. 32) afirma que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Deste modo, a presente pesquisa foi de cunho bibliográfico, na qual os dados foram obtidos em artigos indexados nos bancos de dados do Scielo, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da Capes, além do embasamento teórico adquirido através de livros relacionados ao tema abordado. Por meio das obras, foi elaborada uma revisão bibliográfica acerca de tal assunto, que abrangeu, de forma variada, os diversos aspectos da educação especial, bem como, suas maiores problemáticas e conquistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contudo, é possível notar as mudanças ocorridas no processo educacional, além de complementos nas escolas para poderem iniciar e continuar o processo de inclusão nestes ambientes educacionais. Para isso, foi necessário tornar a sociedade ciente de todos os direitos e tornar a escola adepta a todos os tipos de aluno. Nesse processo de adaptação foram implementadas mudanças, porém ainda não alcançaram todos objetivos.



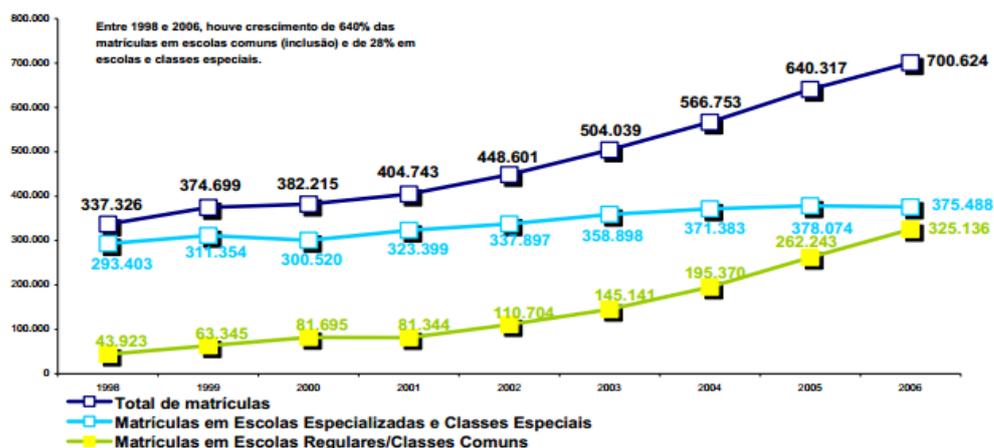
II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

“Mudanças em todos os aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extracurriculares” (UNESCO, 1994, p.8).

Com relação aos dados da educação especial, o Censo Escolar registra uma evolução nas matrículas, de 337.326 em 1998 para 700.624 em 2006, expressando um crescimento de 107%. No que se refere ao ingresso em classes comuns do ensino regular, verifica-se um crescimento de 640%, passando de 43.923 alunos em 1998 para 325.316 em 2006, conforme demonstra o Gráfico 1. (BRASIL, 2007).

Gráfico 1: Evolução das matrículas.



Fonte: BRASIL, 2007.

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos Pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações. (BRASIL, 2007).

Já o Gráfico 2, mostra a distribuição dessas matrículas nas esferas pública e privada: em 1998 registram-se 179.364 (53,2%) alunos na rede pública e 157.962 (46,8%) nas escolas

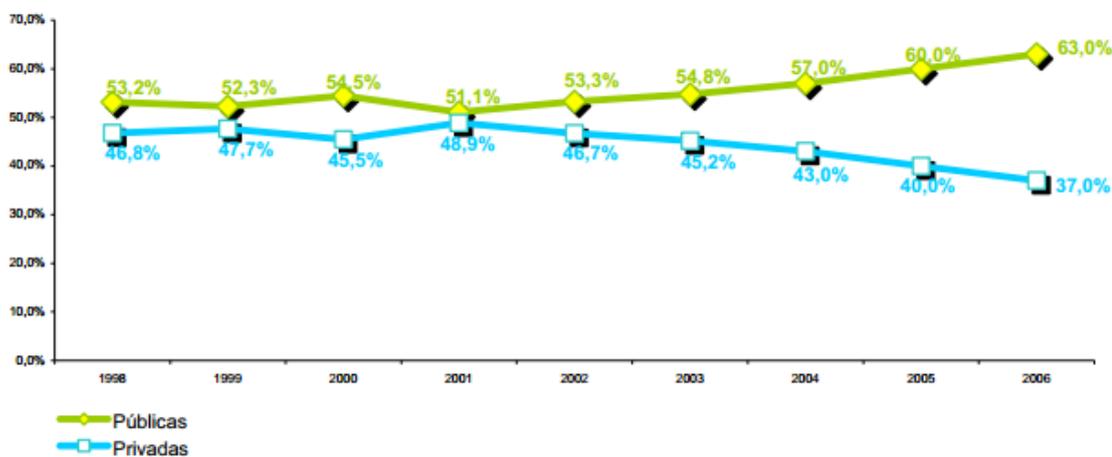


II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

privadas, principalmente em instituições especializadas filantrópicas. Com o desenvolvimento das ações e políticas de educação inclusiva nesse período, evidencia-se um crescimento de 146% das matrículas nas escolas públicas, que alcançaram 441.155 (63%) alunos em 2006. (BRASIL, 2007).

Gráfico2: Distribuição das matrículas.



Fonte: BRASIL, 2007.

CONCLUSÃO

Machado diz que, o ensino é concentrado no aluno, com ênfase na sua vida intelectual e emocional e que o professor é o especialista em relações humanas e é também um facilitador da aprendizagem., Ainda coloca que cabe a escola oferecer condições de um desenvolvimento ao psicológico e que o conhecimento se refere a conteúdos universais ligados à realidade do aluno, sendo a aprendizagem o resultado de trocas que estabelece a relação entre o meio e o aluno. O professor, por outro lado, é o mediador que possibilita essa troca.

Para isso, o educador precisa de algum tipo de especialização para poder saber lidar com as necessidades de cada aluno e a preparação possibilita e facilita o processo. De acordo com Espíndola (2009), ainda existe um distanciamento entre a teoria proposta e a prática adotada nas escolas públicas brasileiras. Porém com o passar dos anos os avanços na rede pública voltada para a educação especial tem evoluído ao decorrer desse tempo.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O problema não está somente em adaptar a área física escolar, mas, também, em preparar os profissionais para receberem e oferecerem o suporte necessário para os alunos. Embora sejam feitas propostas e ações para melhorias, as mudanças ainda não são suficientes para incluir o suporte necessário para as crianças e jovens portadores de necessidades especiais. O processo é lento, e evolui aos poucos. Embora tenham-se criado leis, decretos e diretrizes, conclui-se aqui que a inclusão ainda é falha.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundamentos da educação especial**. Apostila 5, 2007.

CARVALHO, Rosita Elder. **O Direito de Ter Direito**. In: Salto para o futuro. Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEEP, 1999.

ESPÍNDOLA, Y. X. Educação Especial: desafios em busca da inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 100. Setembro, 2009. ISSN 1519-6186. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/7616/4567>>. Acesso em: 20. Jul. 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. Educação: direito de todos os brasileiros. In: Ministério da Educação. **Salto para o Futuro: Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância**. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

MACHADO, M.T.C. et al. **Integração da Pessoa portadora de deficiência**. Rio de Janeiro, 1993.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.



UNESCO. **Declaração de Salamanca:** sobre princípio política e prática em educação especial. 1994. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2015.